ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

PLANEJAMENTO URBANO POPULAR NA VILA DIQUE: Construindo um diagnóstico coletivo

Autores:
Douglas Silveira Martini - UFRGS - douglassmartini@gmail.com
Bárbara Kayser dos Santos - UFRGS - bah.kayser@gmail.com
Pedro Henrique Ayete Silveira - UFRGS - pedro.ayete@gmail.com
Ana Aguirre Silveira da Rosa - UFRGS - anaaguirre675@gmail.com

Resumo:

O artigo estrutura-se em 3 partes. A primeira aborda brevemente o contexto histórico de luta da Vila Dique, localizada na Zona Norte do município de Porto Alegre. A segunda trata de esquematizar um panorama atual dos processos de planejamento urbano e de canais de participação existentes, como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e ambiental (CMDUA) e o Orçamento Participativo (OP), buscando relacionar esses canais com o processo ocorrendo na comunidade e contextualizar sobre como surgiu a demanda do Plano Popular da Vila Dique, que está sendo elaborado pela comunidade com o apoio do escritório modelo EMAV - Práticas Participativas Populares, da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, junto a outros apoiadores. Nessa parte, discorremos sobre o que entendemos ser um planejamento urbano participativo ou excludente e sobre organização e registros em projetos de extensão. A última parte aborda a construção de uma metodologia adotada para elaborar a primeira etapa do Plano, que consiste de um diagnóstico para o entendimento coletivo da comunidade, descrevendo os passos e as abordagens pedagógicas utilizadas com o objetivo de tornar as dinâmicas participativas mais inclusivas e representativas.

PLANEJAMENTO URBANO POPULAR NA VILA DIQUE:

Construindo um diagnóstico coletivo

INTRODUÇÃO

O artigo estrutura-se em 3 partes. A primeira aborda brevemente o contexto histórico de luta da Vila Dique, localizada na Zona Norte do município de Porto Alegre. A segunda trata de esquematizar um panorama atual dos processos de planejamento urbano e de canais de participação existentes na cidade, como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e ambiental (CMDUA) e o Orçamento Participativo (OP), buscando relacionar esses canais com o processo ocorrendo na comunidade e contextualizar sobre como surgiu a demanda do Plano Popular da Vila Dique, que está sendo elaborado pela comunidade com o apoio do escritório modelo *EMAV - Práticas Participativas Populares,* da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, junto a outros apoiadores. Nessa parte, discorremos sobre o que entendemos ser um planejamento urbano participativo ou excludente e sobre organização e registros em projetos de extensão. A última parte aborda a construção de uma metodologia adotada para elaborar a primeira etapa do Plano, que consiste de um diagnóstico para o entendimento coletivo da comunidade, descrevendo os passos e as abordagens pedagógicas utilizadas com o objetivo de tornar as dinâmicas participativas mais inclusivas e representativas.

A LUTA DA VILA DIQUE

A Vila Dique é uma comunidade que está localizada há pelo menos 40 anos na Av. Dique, entre os bairros Anchieta e Sarandi, na Zona Norte do município de Porto Alegre. Sua ocupação têm relação direta com o fenômeno do êxodo rural, e teve início nas margens da Av. Sertório, se estendendo ao longo dos anos sobre um dique até as margens da BR-290. O entorno da comunidade, que até anos atrás era predominantemente rural, hoje é ocupado por indústrias do setor secundário, empresas de logística e equipamentos de grande porte, como o Aeroporto Internacional Salgado Filho e a CEASA/RS - Centro de Abastecimento do Rio Grande do Sul (Figura 1). Ao longo da década de 1990, as mobilizações da comunidade conquistaram uma série de equipamentos públicos e organizações comunitárias: o Clube de mães Margarida Alves, a Unidade de Saúde Santíssima Trindade, a Creche Galpãozinho, conveniada à Prefeitura, a Unidade Recicladora Santíssima Trindade, a Padaria Comunitária Chico Pão e a Escola de Ensino Fundamental Migrantes. Contudo, a partir de 2005, o Departamento Municipal de Habitação começou a se articular para remover a comunidade.

Os discursos que sustentaram as tentativas de remoções foram mudando ao longo dos anos, entre eles o argumento de que a comunidade se localizava em uma área de

inundação, a ampliação da pista do aeroporto para a Copa do Mundo de 2014, a demarcação como Área de Preservação Permanente no PDDUA de Porto Alegre, entre outras justificativas. A partir de 2009, com a confirmação da Copa do Mundo e com a liberação de verba do Programa Minha Casa Minha Vida, cerca de 900 famílias foram realocadas, em um processo que retirou todos os equipamentos públicos e comunitários conquistados ao longo dos anos e resultou no bloqueio da principal via de integração da comunidade com a Av. Sertório pela construção de um muro de concreto.

Figura 1. Mapa de Localização da Vila Dique.

O destino das famílias removidas foi o bairro Rubem Berta, na região nordeste de Porto Alegre, em casas construídas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial para o Programa Minha Casa Minha Vida. Além da decorrente desintegração espacial da comunidade pela remoção dos equipamentos e das infraestruturas, esta transferência significou uma ruptura com os seus antigos hábitos e laços afetivos cotidianos. O novo loteamento não satisfaz as necessidades de parte da população, pois tem uma configuração de habitações que não comporta a criação de animais para subsistência, o cultivo de hortas e demais hábitos presentes na antiga comunidade. Também não permite a atividade de reciclagem nas moradias em função de limitações espaciais do condomínio, inviabilizando a forma de sustento de famílias que não têm acesso ao mercado de trabalho formal. A violência do tráfico na região do Porto Novo, decorrente de disputas de território, é outra problemática gravíssima que põe em risco a vida dos moradores.

> "Fiquei traumatizada. Com tiro e coisa, até hoje se eu ouvir bombinha deus o livre! Eu tenho pânico disso. Porque eu fiquei com muito medo, muito medo mesmo." (Moradora em depoimento sobre a vida no condomínio Porto Novo, em 06/11/2017)

Foi em resistência a este cenário, que alguns moradores que não queriam ser realocados e outros que decidiram voltar para a comunidade após morarem nas novas unidades habitacionais, fundaram em 2015 uma nova associação de moradores chamada "Vila Dique Resiste!" (Figura 2), dando continuidade a luta pela permanência e com o objetivo de conquistar os direitos básicos retirados pela prefeitura ao longo do processo de remoção.

Figura 2. Primeira sede da associação Vila Dique Resiste! (Foto: Coletivo Muralha Rubro Negra, 2015)

> "A gente vive com medo. A gente quer melhorar nossa casa e o poder público não nos dá uma resposta se a gente vai ficar ou vai sair." (Scheila Motta, presidente da associação de moradores Vila Dique Resiste! em depoimento em 06/11/2017)

Atualmente sua população consiste de cerca de 385 famílias, onde 67% dos moradores vivem com renda mensal abaixo de 1 salário mínimo. Entre suas ocupações profissionais, destaca-se a reciclagem, onde atuam 33% dos moradores[1]. A impossibilidade de manter o trabalho de reciclador nas casas do Conjunto Habitacional Porto Novo é uma das razões destacadas pelos moradores para sua permanência na Vila, já que, para muitos, essa é a única forma de sustento de suas famílias e uma outra inserção no mercado de trabalho formal é inviabilizada pela baixa escolaridade. Outro fator importante para parte dos moradores que desejam permanecer é a característica de tranquilidade e de um

[1] Os dados utilizados consideram o levantamento censitário elaborado por alunos da Geografia da UFRGS, em 2015, sob coordenação da Profa. Dra. Cláudia Luísa Zeferino Pires. O levantamento censitário do IBGE de 2010 foi desconsiderado visto que a comunidade teve alterações demográficas significativas entre 2009 e 2012.

cotidiano de vida rural que a comunidade preserva, onde parte dos moradores criam animais, como cavalos, galinhas e porcos e produzem alimentos.

PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PLANEJAMENTO URBANO

É lugar comum a crítica de que os Planos Diretores e Estratégicos elaborados no Brasil a partir do Estatuto das Cidades são documentos com extensas listas de propostas bem intencionadas para o desenvolvimento das cidades, no entanto raramente se vê estratégias de articulação para concretizar essas propostas. Quanto ao aspecto de participação da população, presente no Estatuto, na maioria dos casos acontece apenas de maneira consultiva, com amarras metodológicas que engessam o debate, em muitos casos mediado por um corpo técnico sem entusiasmo pedagógico e que parece acreditar já ter todas as respostas para os possíveis temas envolvidos. Essa ausência de entusiasmo na relação entre pedagogia e a participação em processos de planejamento urbano parece se estender também para os pesquisadores, visto que há relativamente pouco material teórico que busquem relatar detalhadamente experiências de processos participativos ou material técnico de métodos participativos que objetivam e estimulam o debate entre a população. Fora do campo do Planejamento Urbano, as experiências com o Orçamento Participativo[2], por exemplo, são repetidamente analisadas no campo das ciências políticas, na maioria dos casos mirando nas relações com o conceito de democracia participativa ou em tentativas de estimar o alcance político desses canais de participação, mas são raramente estudadas no âmbito das experiências de participação em uma análise mais qualitativa desses procedimentos. A animação no meio acadêmico em estudar os casos de democracia participativa mais direta no Brasil, é na maioria dos casos acompanhada por uma indiferença quanto ao desenho e as linguagens no desenvolvimento dessa participação. Fazendo uma crítica ao papel secundário da participação popular na concepção de direito à cidade nas políticas públicas brasileiras, Kapp (2012) pontua:

> "[...] a participação não é apenas uma entre outras ideias relacionadas ao direito à cidade. Ela é seu cerne. Talvez a escolha do termo seja infeliz, porque participação, independentemente do adjetivo que a qualifique (plena, verdadeira, genuína, etc.), sempre sugere uma outra instância, não composta pelos próprios "participantes", que determina e coordena o processo. Isso vale mais ainda para a sua especificação como participação popular, pois se há o popular, deve haver o não popular." (Kapp, 2012, p. 468)

[2] Iniciado em 1989, em Porto Alegre, o Orçamento Participativo (OP) virou modelo de política de participação popular, recebeu prêmios internacionais e foi replicado em diversas cidades pelo mundo. Entendemos que processos como o Orçamento Participativo engajam um tipo de participação deliberativa e consultiva a curto prazo diferente de uma participação desejada para um processo de planejamento urbano, que necessita de um debate mais crítico, pedagógico e inclusivo sobre o entendimento das dinâmicas de produção do espaço e dos diversos modelos de cidade possíveis.

Já Steinberger (2016), fazendo uma análise do conquistado canal de participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (CMDUA), constata que os representantes das comunidades estão em desequilíbrio em relação aos demais conselheiros, e por fim defende um redesenho do arranjo institucional do conselho para que se considere e se repense a relação do estado com as organizações comunitárias e com as organizações que defendam os interesse ligados ao capital, visto que os conselhos têm um papel importante nas discussões políticas de desenvolvimento, além de ser um canal de transparência e *publicização dos conflitos* urbanos.

Essas reflexões pessimistas sobre os canais de participação citados não têm o objetivo de desmerecer ou deslegitimar o trabalho envolvido pelos técnicos na construção desses espaços, pelo contrário, é importante reconhecer que são conquistas políticas importantes da nossa democracia e precisam ser ainda mais fortalecidos. Mas na oportunidade de participarmos da construção desses e de novos canais, podemos adotar cada vez mais uma postura técnica de fiscalização constante pela inclusão de vozes diversificadas, pois espaços de participação considerados democráticos também podem resultar em decisões políticas supressoras e reacionárias. Argumentando sobre a necessidade de revisões sobre a teoria democrática "clássica", Schumpeter (1943) propôs uma reflexão-experimento ficcional dos riscos da institucionalização de uma democracia injusta e excludente:

> "Transportemo-nos para um país hipotético que, de maneira democrática, pratique a perseguição aos cristãos, a cremação de feiticeiras e o massacre dos judeus. Nós por certo não aprovaríamos essas práticas, baseados na premissa de que foram decididas de acordo com as normas democráticas. A questão vital, no entanto, é a seguinte: aprovaríamos nós uma Constituição democrática que produzisse tais resultados de preferência a uma não--democrática que os evitasse? Se não aprovássemos, estaríamos agindo exatamente como os socialistas ardentes, para os quais o capitalismo é pior do que caçada de feiticeiras e que estão, por conseguinte, dispostos a aceitar métodos não-democráticos para liquidá-lo." (Schumpeter, 1943, p. 295)

Em geral, são as teóricas feministas que mais avançam na reflexão e defesa de uma postura transformadora em contexto de debates e interações sociais democráticos. Hooks (1994), relatando vivências em salas de aulas multiculturais[3], constata a ausência de participação em aula dos alunos "marginais" e chama a atenção para três perguntas essenciais que podem enriquecer novas dinâmicas de debate e de participação que sejam mais inclusivas: *Quem fala? Quem ouve? E por quê?*. Essas três perguntas são essenciais para

[3] Entendemos que o território social da Vila Dique é constituído por uma diversidade de indivíduos originários de diferentes contextos sociais, econômicos, culturais, racialmente diverso e com distintos interesses. Dessa forma, podemos dizer que o reconhecimento do multiculturalidade surge para nós como mais uma categoria de percepção da complexa realidade social da comunidade.

fazer das plataformas de debate locais onde todos sintam a responsabilidade de contribuir para o conhecimento, valorizando cada voz individual e estimulando uma ruptura da política de dominação que se reproduz nesses espaços.

Partindo do desejo de elaborar um processo de planejamento urbano que fosse radicalmente popular e culturalmente diverso, a associação comunitária e os apoiadores organizaram vários encontros de formação coletiva com o objetivo de chegar a um entendimento do papel de cada ator nesse processo e de como poderiam ser conduzidas as atividades. Num primeiro encontro, no dia 06 de setembro de 2017, foram debatidas as principais demandas e expectativas dos moradores em relação ao que seria o produto de um Plano Popular[4] com a cara da Vila Dique. Nesse dia, após debate entre os moradores e os apoiadores, foi deliberado a necessidade de buscar por referências de comunidades que passaram por processos semelhantes de construção coletiva, para a formação de repertório sobre experiências em construir um processo participativo de caráter propositivo. Esses encontros de formação e de aproximação com a comunidade acabaram se estendendo por 9 meses, onde aconteceram cerca de 17 encontros entre os apoiadores e os moradores - alguns destes encontros foram focados na construção da metodologia do Plano, outros onde participamos como ouvintes ou apoiadores de eventos culturais, audiências públicas e mutirões organizados pela comunidade. Paralelamente a estes encontros, fomos internamente realizando pesquisa em base de dados secundários, legislações e documentos de órgãos públicos e de menções à comunidade nos meios de comunicação[5].

O registro dessas vivências junto a comunidade foi um fator importante para uma compreensão mais profunda do nosso papel no processo da construção de um plano que viesse a ser genuinamente popular. No início do envolvimento com a comunidade, alguns participantes do grupo de apoio estavam envolvidos na construção de um livro de registros e memórias de projetos e de processos dos 10 anos de atuação em extensão universitária do EMAV, e nesse grupo de trabalho estavam acontecendo debates intensos sobre a dificuldade de realizar registros das experiências dentro do campo de atuação da extensão universitária. Parte importante das memórias, lições e troca de saberes se perdiam com a saída de membros do grupo, muitas vezes restando ao fim dos processos apenas fotos, desenhos

[4] Uma das principais referências de Plano Popular em contextos de conflito têm sido o "Plano Popular da Vila Autódromo: Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural", elaborado em 2011 pela Associação de Moradores da Vila Autódromo. Para a preparação deste plano, os moradores contaram com a assessoria do NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ (Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e do NEPHU/UFF (Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense).

[5] Foi utilizado uma base de dados cartográfica extensa, com dados secundários do IBGE, Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, Atlas Socioambiental de Porto Alegre, levantamentos da FEPAM e da Secretaria do Meio Ambiente de Porto Alegre. Além disso, a pesquisa para o trabalho de conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo da acad. Ana Aguirre, que participa ativamente do grupo de apoio.

técnicos e documentos burocráticos[6]. Partindo dessa dificuldade, que parecia ser uma constante na trajetória do grupo, começamos a reservar parte de nossos encontros internos para relatar e buscar formas de sistematizar nossas experiências junto aos processo ocorrendo na Vila Dique, e ter uma compreensão mais profunda das nossas vivências na comunidade, a fim de melhorar nossa própria prática. Na busca por uma nova forma de conduzir processos de educação popular, Holliday (2006) define algumas características do que ele propõe como *sistematização de experiências*:

> "A sistematização põe em ordem conhecimentos desordenados e percepções dispersas que surgiram no transcorrer da experiência. Assim, explicita intuições, intenções e vivências acumuladas ao longo do processo. Ao sistematizar, as pessoas recuperam de maneira ordenada o que já sabem sobre sua experiência, descobrem o que ainda não sabem sobre ela, mas também revela-se o que "ainda não sabiam que já sabiam"." (Holliday, 2006, p. 25)

Como a construção do Plano Popular têm acontecido com diversos apoiadores que participam em momentos distintos do processo, havia a necessidade de manter um ordenamento básico de informações do processo que incluísse data, relatos, *links*, análise e encaminhamentos dos eventos envolvendo a comunidade. Sendo assim, foi definido sistematizar as experiências através de uma linha do tempo colaborativa, onde parte dos acontecimentos e pontos de debate eram constantemente adicionados, de maneira transparente, com o objetivo de manter todos os apoiadores atualizados. Essa organização dos registros foi importante em um momento de crise do processo de elaboração do plano, onde após uma assembléia convocada pelo DEMHAB, no dia 14 de maio de 2017, sem informar aos moradores qual seria o assunto abordado, acabou pegando a população de surpresa por tratar das novas realocações, desestabilizando os moradores que queriam permanecer e resistir na comunidade. Ao fim da assembléia, os moradores envolvidos na luta por permanência queriam que o grupo de apoiadores articulados pelo escritório modelo fizesse uma fala pública defendendo a construção do plano popular em oposição as casas oferecidas pela prefeitura. Por circunstâncias da organização da assembléia, apenas a defensoria pública pode fazer uma fala em defesa dos moradores que queriam permanecer. Foi um momento crítico do processo para todos, pois como em muitos processos de resistência às remoções, não havia perspectiva sobre quais eram as chances reais da comunidade permanecer, nem sobre qual seria o impacto do plano popular como ferramenta de pressão política.

[6] Sobre a dificuldade de registrar os processos de extensão universitária, para além da longa duração e da saída dos membros, é a ausência de um código de ética ou orientações sobre registros nas Normas Gerais Para Atividades de Extensão Universitária na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nesse momento também se estabeleceu uma nova expectativa da comunidade em relação ao papel político dos apoiadores, visto que após o afastamento de lideranças do movimento social organizado do processo, a parte do grupo de apoiadores que permaneceu junto a comunidade buscava trabalhar mais especificamente na construção de interfaces organizativas e pedagógica que pudessem auxiliar no processo do plano, e também eventualmente buscar outros apoiadores técnicos e institucionais, mas sem experiência na prática de um engajamento político mais tradicional[7]. A partir desse momento, os moradores, angustiados pela desarticulação da comunidade, pressionaram pela urgência da primeira assembléia do Plano Popular. Limitados por esse curto prazo de tempo para construir uma metodologia, foi da sistematização na linha do tempo que foram extraídos os 27 *temas* abordados pelos moradores, pela prefeitura e pela mídia nesses 9 meses de envolvimento no processo de aproximação entre moradores e apoiadores e que foram a base para os debates nas dinâmicas de entendimento coletivo da comunidade.

CONSTRUINDO UM DIAGNÓSTICO POPULAR

Nestas primeiras dinâmicas, aconteceram os primeiros processos de construção coletiva de um entendimento sobre o território da Vila Dique, onde o principal objetivo foi a troca de saberes entre os moradores sobre a realidade vivida na comunidade, junto a debates críticos sobre os temas sempre presentes no cotidiano dos moradores. Embora nesta parte do artigo descreveremos a metodologia das estratégias de diagnóstico que foram utilizadas junto a comunidade da Vila Dique, entendemos que este não é um modelo padrão de metodologia que possa ser reutilizado, pois acreditamos que as estratégias têm de ser contextualizadas e inventadas a partir de cada experiência. Essa perspectiva de atuação vem nutrida por muitos debates e questionamentos que o EMAV vem construindo sobre repensar os modelos hegemônicos de práticas de extensão em arquitetura e urbanismo, propondo como alternativa um modelo que seja engajado em defender processos participativos comunitários que busquem refletir sobre o potencial da autonomia da população na produção do espaço e nos discursos sobre o espaço, entendendo que os moradores são os sujeitos protagonistas da transformação. Construída também sob este entendimento de que o conhecimento se dá pelo conjunto de saberes de cada sujeito, a metodologia do *tema gerador,* elaborada por Freire (1987), busca atingir um trabalho dialógico, problematizante e conscientizador da população sobre seu próprio *mundo vivido*, através de debates com o objetivo de construir um conhecimento coletivo que fundamente o entendimento do dinamismo de cada contexto social.

[7] Por "engajamento político tradicional" queremos dizer práticas de participação política dentro das categorias que traduzimos como *Atividades de Campanha* e *Voto*, definidas por Verba e Nie (1972, p. 72). Dentro dessas categorias, se inserem práticas como persuadir outros para votar, trabalhar ativamente para partido ou candidato, participar de reuniões políticas ou comícios, contribuir dinheiro para partido ou candidato, entre outras atividades. Simplificando debates internos entre nós apoiadores, entendemos nosso grupo como um coletivo de extensionistas e apoiadores sem vínculo com partidos ou movimentos sociais organizados.

Figura 3. Algumas imagens do banco de figuras de auxílio a representação dos temas geradores.

Pressionados pela falta de tempo, utilizamos parte desta metodologia e adaptamos alguns aspectos para adequarmos a realidade da Vila Dique, como por exemplo o acréscimo de imagens junto aos temas (Figura 3), com o objetivo de tornar a dinâmica mais inclusiva e não constranger a participação dos moradores analfabetos. Em relato de uma experiência com alunos da zona rural, Freire (1983) problematiza os limites da comunicação e do ensino através de uma linguagem técnica:

> "Nossa linguagem técnica, que se exprime num universo de signos lingüísticos próprios, pode deixar de ser alcançada por êles como o significante do significado sôbre o qual falamos. Daí que as palestras sejam cada vez menos indicadas como método eficiente. Daí que o diálogo problematizador, entre as várias razões que o fazem indispensável, tenha esta mais: a de diminuir a distância entre a expressão significativa do técnico e a percepção pelos camponeses em torno do significado. " (Freire, 1983, p. 45)

Orientada por esses princípios, a primeira etapa da construção do Plano foi desenvolvida em 3 passos:

(1) **Apresentação dos moradores, debates e problematização sobre os temas**

Nesse momento foi distribuída uma imagem para cada participante presente. A orientação era para que os participantes se voluntariassem, se apresentando brevemente e contando a *quanto tempo moram na comunidade* e *onde moram*, estabelecendo uma cartografia da participação. Esse momento de apresentação virou rotina entre os nossos outros encontros, pois funciona para tornar o ambiente mais informal e diminuir o constrangimento. A escolha de distribuir imagens que representassem os temas selecionados ao invés de palavras foi com o objetivo de incluir organicamente os participantes analfabetos e também para possibilitar novas interpretações e perspectivas sobre possíveis novos temas, visto que as imagens como possibilidade de *significado* têm mais possibilidades de abstração do que as palavras, como *significante* mais concreto e definido. Após o debate entre os participantes, quando as interpretações dos *significados* dos temas geradores se distanciaram muito do *significante* inicialmente catalogado, era revelado o tema original para iniciar um novo debate. Contudo, essa situação aconteceu apenas uma vez, quando um dos participantes recebeu uma foto de um céu nebuloso que inicialmente catalogamos como "riscos com temporal e vendaval" mas que foi interpretado como "fumaça de incêndio" e acabou conduzindo para um debate interessante sobre a poluição causada pela queima de lixo na comunidade, algo que nunca havia sido um tema ao longo dos 9 meses de aproximação. Os apoiadores foram registrando as falas dos debates para a sistematização num segundo momento.

(2) **Organização dos registros dos debates sobre os temas**

A partir dos registros das falas dos moradores, foi organizado um catálogo dos temas debatidos em formato de tabela, onde na primeira coluna estava o nome do *tema*, na segunda coluna os *subtemas* que surgiram no debate e na terceira coluna o porquê dos moradores atribuírem importância ao *subtema*. Como ao longo dos debates alguns moradores relataram algumas iniciativas que já estavam sendo realizadas para solucionar alguns dos *subtemas*, sentimos a necessidade de adicionar uma quarta coluna listando estas iniciativas. Exemplificando a organização: dentro do tema "saúde dos moradores"; um subtema foi a "falta de um posto de atendimento"; que "é importante para os moradores e foi removido pela prefeitura"; e como iniciativa "a associação de moradores já está buscando uma solução pressionando através da defensoria pública pela presença de uma unidade móvel de saúde na comunidade". Após o fim da organização, notamos que alguns dos espaços da tabela estavam vazios, seja pela falta de aprofundamento durante o debate, falha de registro das falas ou por não estarem sendo realizadas iniciativas sobre alguns dos *subtema* considerados importantes.

Figura 4. Encontro de debates sobre a comunidade. (Foto: EMAV, 2018)

(3) **Dinâmica de conclusão do diagnóstico e "O que estamos fazendo sobre isso?"**

Para a atividade de conclusão da etapa de diagnóstico coletivo da comunidade, retomamos a tabela com os *temas* e *subtemas* para que os moradores pudessem debater novamente e completar os espaços vazios das colunas. Nesse encontro, o foco maior de debate ficou sobre a nova questão adicionada para conduzir os debates: "O que estamos fazendo sobre isso?". A pergunta foi elaborada com o objetivo de dar visibilidade para as iniciativas de autonomia dos moradores previamente catalogadas e também para provocar uma reflexão sobre a necessidade ou não de um Plano para resolver todos os problemas relacionados aos temas, visto que vários dos problemas listados podem vir a ser explorados e futuramente solucionados com iniciativas autônomas dos moradores, seja através de mutirões ou através de atividades de conscientização. Ao fim da atividade, entendemos que alguns dos problemas têm exclusivamente no Plano Popular a sua possível estratégia de solução, visto que necessitam de diálogo político-institucional com atores externos[8]. Neste mesmo dia, os moradores marcaram os próximos mutirões de construção da nova associação de moradores Vila Dique Resiste!

[8] Entre esses temas, o mais importante é a informalidade e a ilegalidade sobre o terreno onde se encontra a Vila Dique. Apesar dos moradores estarem com um processo de Usucapião coletivo em andamento, ainda assim se faz necessária uma alteração de Área de Preservação Permanente (APP) para uma Área Especial de Interesse Social (AEIS) no Plano Diretor de Porto Alegre, com revisão prevista para 2019.

Figura 5. Pilares e fundações da nova associação de moradores da Vila Dique. (Foto: EMAV, 2018)

OBSERVAÇÕES FINAIS

Neste breve relato do processo inicial de construção do plano da Vila Dique, ainda sem título e sem produto definido, tentamos relatar com transparência os aspectos positivos e negativos das metodologias adotadas para auxiliar a construção de um repertório para outras práticas de planejamento urbano que também desejam ser representativas e de vozes plurais. Trabalhar em uma organização dos debates do diagnóstico com o apoio dos *temas geradores* foi essencial para a construção de um entendimento do território da Vila Dique que fosse mais representativo e com potencial de problematização, visto que os moradores estavam familiarizados com os assuntos debatidos, pois foram eles que originalmente trouxeram a maioria destes assuntos. Outro fato que merece ser ressaltado é o potencial de continuarmos explorando os *temas* e *subtemas* e a sistematização elaborada a partir deles nas próximas atividades do Plano, que serão de pensar e debater sobre o futuro da comunidade. Entendemos que uma das fragilidades da metodologia está na categorização de muitos assuntos que são na verdade interrelacionados, mas foi uma abordagem adequada para a construção de um nivelamento do conhecimento sobre os debates na comunidade e para tentar incluir moradores não-organizados no processo. Trazer a pergunta "O que estamos fazendo sobre isso?" para cada tema gerador como conclusão do diagnóstico também foi importante para organizarmos as iniciativas que já estão em andamento e para os moradores divulgarem e se articularem com autonomia e estratégia sobre outras demandas pendentes.

Nos próximos encontros, pensamos em debater e completar essas demandas com mais informações, de maneira a tornar as possíveis iniciativas mais transparentes e auxiliar a construir uma maior independência dos moradores em relação a representações político-partidárias. Ficaram de fora deste artigo outros diversos temas complexos e interessantes que surgiram nesses primeiros meses e acreditamos ter impacto sobre os processos participativos e sobre a atuação dos moradores e dos apoiadores. Nesses 14 meses de envolvimento com a Vila Dique, aprendemos que apesar das várias derrotas da comunidade ao longo dos últimos anos, não falta motivação, entusiasmo, resiliência e a mobilização para resistir ocupando seu território por direito há mais de 30 anos. Apesar das várias tentativas de desestabilização e retirada de direitos básicos pela prefeitura, não falta disposição para dialogar, seguir nadando contra a maré e ter o disposição de construir uma resposta às políticas urbanas vigentes. Apesar das várias casas destruídas pelas retroescavadeiras da prefeitura, não falta autonomia para limpar os entulhos e empenho para reconstruir e repensar seus espaços de vida e de luta.

"É bom não esquecer que o inventor do alfabeto foi um analfabeto."
(Millôr Fernandes)

BIBLIOGRAFIA

GIL, Carmem Zeli de Vargas. *Da Vila Dique ao Porto Novo. Extensão popular, rodas de memórias e remoções urbanas.* São Leopoldo, Oikos, 2013.

ALVES, Isabel; SANTOS, Rai. *Reconhecimento Territorial: caderno de mapas da Vila Dique.* Porto Alegre, Instituto de Geociências, 2015.

KAPP, Silke. *Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole.* São Paulo, Cad. Metrop.,v. 14, n. 28, 2012.

STEINBERGER, Marília; GOMES, Ana Maria Isar dos Santos. *Democracia participativa na regularização fundiária urbana: o projeto Lomba do Pinheiro, Porto Alegre.* Sociologias, v. 18, p. 292-319, 2016.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, *Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades.* Paz e Terra, 2002.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia.* Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1961.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.* WMF Martins Fontes, 2013.

HOLLIDAY, Oscar Jara. *Para sistematizar experiências. 2. ed.*, revista. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

VERBA, S.; NIE, N. H. *Participation in America – Political Democracy and Social Equality.* Harper & Row Publishers: New York, 1972.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido.* 17ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.